

## **ACTA N.º 14/2005 – Reunião ordinária do dia 2005.03.31**

-----Aos trinta e um dias do mês de Março do ano dois mil e cinco, nesta vila de Bombarral e salão nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, do senhor vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, dos senhores Vereadores Rui Fernando Figueiredo Viola, Jorge Manuel Costa Pereira, Manuel Quintino Filipe Silva, José António Silva Filipe e Luís Alberto Camilo Duarte.-----

-----Secretariou a reunião o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Pelas 21.35 horas, o senhor presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**0303. JUNTAS DE FREGUESIA:** Presentes os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Bombarral, Carvalhal, Pó, Roliça e Vale Covo, usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo dizendo terem sido informados na passada semana que estava a pagamento uma tranche do protocolo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Lembrou que o protocolo assinado em 2004 cessou a 31 de Dezembro, tendo entretanto sido aprovado novo protocolo pela Câmara e Assembleia Municipal, de forma que estranharam terem sido informados que a verba a pagamento não correspondia ao montante de 2005. As Juntas de Freguesia já tomaram compromissos com base no protocolo de 2005, pelo que vêm questionar o porquê da tranche a pagamento não ter o valor de 2005. Atendendo à boa fé que estavam a ter já assumiram alguns compromissos e é com desconforto que vêm os pagamentos assentarem no protocolo de 2004 que já não existe. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral disse que os Presidentes de Junta de Freguesia reagiram de forma idêntica e entenderam não receber esta tranche enquanto não soubessem porque é que esta situação se estava a passar. Pretendem apenas saber com o que contam porque têm compromissos assumidos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que na Assembleia Municipal teve ocasião de dizer que iria adoptar a posição de consultar a CCDRLVT sobre a regularidade dos pagamentos. Ao invés disso resolveu dar instruções à Divisão Financeira para acelerar a reformulação do orçamento. O que lhe foi referido é que em função da reprovação do orçamento, o que foi posto em vigor foi o orçamento do ano anterior. O protocolo estava caduco. Por virtude da regra da operacionalidade o mecanismo é a reposição em vigor. A Câmara já aprovou a reformulação do orçamento que está agendada para a sessão da Assembleia Municipal marcada para 08 de Abril. -----

-----O senhor vereador Luís Duarte disse que os vereadores do Bombarral Primeiro viabilizaram o orçamento pela situação em que se encontram as Juntas de Freguesia, apesar de considerarem que esta questão é apenas de vontade política. A verba já estava aberta em orçamento sendo apenas necessário reforçá-la através de alteração orçamental. Em 2003 requereram que houvesse orçamento mas o senhor Presidente da Câmara entendeu que tal não era necessário e houve uma obra que não estava em orçamento, o estádio municipal, mas para a qual se conseguiu arranjar dinheiro. Desde que haja vontade política os problemas são resolvidos. Utilizam-se as Juntas

## **ACTA N.º 14/2005 – Reunião ordinária do dia 2005.03.31**

de Freguesia como arma de arremesso para pressionar a Assembleia Municipal o que não é correcto. -----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou ter trazido a reunião de Câmara uma proposta de alteração orçamental por causa do projecto da biblioteca e a Câmara referiu que enquanto não houvesse orçamento não seriam aprovadas alterações orçamentais. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse aceitar a explicação dada na base da falta de verba na rubrica para pagamento imediato, mas não aceita a explicação neste momento. Não percebe como é que se faz um pagamento com base num protocolo que já não está em vigor. Há dinheiro na rubrica para pagar a primeira tranche, que não irá abranger a totalidade da verba dessa rubrica. A justificação dada seria correcta se já não houvesse dinheiro na rubrica. Nada impede o Presidente da Câmara de pagar com base no protocolo de 2005 até haver dinheiro. Não gostava de chegar à Assembleia Municipal e ter este ónus na mão para poderem reflectir e votar de forma consciente. Seria proveitoso que se chegasse à Assembleia Municipal com este problema resolvido. Não gostava de se sentir obrigado a ter de fazer algo que não gostaria de fazer. O senhor Presidente da Câmara pode gerir a verba existente como entender. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral disse haver um protocolo entre as duas partes e as Juntas de Freguesia estão a cumprir com a sua obrigação, precisam é de meios para trabalhar. Não é a parte financeira da Câmara que deve ditar o relacionamento com as Juntas de Freguesia. Existe verba para pagar a primeira tranche e a Câmara deve honrar o compromisso com as Juntas de Freguesia, devendo o senhor Presidente da Câmara desbloquear a situação junto da Divisão Financeira. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse ir falar com a senhora Chefe da Divisão Financeira para rever a situação, não sabendo se existe disponibilidade financeira para efectuar o pagamento. -----

-----O senhor vereador Manuel Quintino lembrou que a Câmara aprovou por unanimidade a nova distribuição de verbas para as Juntas de Freguesia. Quando foi feita uma proposta para alteração orçamental visando reforçar a verba para as Juntas de Freguesia, ninguém disse que não havia dinheiro e essa proposta só não foi aprovada por ter sido entendida como um elemento de chantagem. A Câmara Municipal tem de assumir os seus compromissos. Até Junho não há problema para os pagamentos às Juntas de Freguesia porque o orçamento de 2004 tem dotação suficiente, se, por ventura em Junho ainda não houver novo orçamento, a Câmara Municipal viabilizará então a alteração orçamental. Estão-se a usar chantagens despropositadas e este não pode ser um elemento de coação para condicionar a votação dos Presidentes de Junta de Freguesia na próxima sexta-feira na Assembleia Municipal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que em nenhuma das duas propostas de alteração orçamental reprovadas estava verba para reforçar o pagamento às Juntas de Freguesia. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal disse que a informação que teve é que a Câmara Municipal chumbou uma proposta para alteração

## **ACTA N.º 14/2005 – Reunião ordinária do dia 2005.03.31**

orçamental que iria reforçar as verbas para as Juntas de Freguesia. Eventualmente pode não haver verba disponível para efectuar o pagamento do primeiro trimestre por inteiro mas se sendo o orçamento aprovado dia 8 essa verba já existir, então há algo que não está a perceber. -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo disse ser evidente que as Juntas de Freguesia também têm compromissos e este dinheiro é cada vez mais importante. -----

-----O senhor vereador Jorge Costa Pereira disse que também estava convencido que tinha vindo a reunião de Câmara uma alteração orçamental para o reforço da verba às Juntas de Freguesia que chumbaram porque entendiam que era fundamental haver um orçamento. Lembrou que ele próprio fez uma intervenção a responder ao presidente de Junta de Freguesia de Carvalhal explicando porque motivo tinham chumbado a referida proposta. Em relação à questão de fundo, considerou que não é à Divisão Financeira que compete decidir a quem e como e fazem os pagamentos. Isso é uma decisão política que compete ao senhor Presidente da Câmara. Hoje o senhor Presidente da Câmara trouxe um elemento novo que é a necessidade de se saber se há ou não fundo de maneio para fazer o pagamento. Se é essa a questão, então se tivessem aprovado a alteração orçamental, podia também não se poder pagar às Juntas de Freguesia. -----

-----O senhor Vice-Presidente da Câmara disse também ter ficado espantado, achando que esta é uma questão de fácil resolução desde que haja vontade política e pessoal. Foi aprovado o protocolo para 2005 com verbas actualizadas pelo que têm condições para gerir o que foi aprovado. Têm de respeitar o protocolo aprovado e isso não tem a ver com a aprovação ou não do orçamento para 2005. Ele próprio chamou a atenção de que o protocolo aprovado para 2005 era para ser cumprido. A sua opinião é que enquanto não houver um novo orçamento a verba que está no orçamento de 2004 será suficiente para responder às responsabilidades assumidas com as Juntas de Freguesia em 2005, porque o protocolo de 2004 caducou com a aprovação do novo. Quando se chegar a Julho, se não houvesse orçamento, podia faltar o dinheiro e aí teriam que resolver a situação, tal como fizeram em relação a outras situações no passado como foi o caso das horas extraordinárias dos funcionários. Fez uma proposta para ser feita uma alteração ao orçamento que veio a reunião de Câmara e que foi reprovada com base no que os senhores vereadores Manuel Quintino e Jorge Costa Pereira disseram e que até compreende. Sabe a proposta que fez e que trouxe a reunião de Câmara para ser subscrita por quem quisesse. A situação reposta. Casos como os das Juntas de Freguesia, Bombeiros, Santa Casa da Misericórdia e outras devem ter um tratamento prioritário. O que interessa é saber porque não foi paga a verba que devia ter sido paga. Amanhã o senhor Presidente da Câmara deve dar instruções à senhora Chefe da Divisão Financeira para pagar às Juntas de Freguesia. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o que veio a reunião de Câmara foi uma proposta para ser elaborada uma alteração orçamental. E isso são coisas distintas. Vai trazer os documentos para analisarem o que foi feito e reflectirem no que foi dito. -----

### **ORDEM DO DIA**

**0304. OBRAS PARTICULARES:-----**

## **ACTA N.º 14/2005 – Reunião ordinária do dia 2005.03.31**

-----**DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO:** Antes da discussão deste assunto, o senhor vereador Rui Viola, comunicou ao senhor presidente da Câmara, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão e votação dos pontos 0304.03, 0304.05, 0304.07, 0304.09, por força da alínea b) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto ser o técnico responsável pelo projecto, pelo que o senhor presidente da Câmara declarou interdita a sua intervenção nestes actos.-----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor vereador Rui Viola, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação dos pontos onde se encontrava impedido. -----

**0304.01 ALTERAÇÕES À CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA E PEDIDO DE LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 191/03/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Adolfo Prazeres Garcia, datado de 2005.03.23, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e deferir a licença das alterações para construção de moradia e muro sitos na Rua da Fonte, 16, lugar da Portela, freguesia de Bombarral. -----

**0304.02 INFORMAÇÃO PRÉVIA:** Presente o processo n.º 9/05/02, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Paulo Alexandre Nunes de C. Jorge, datado de 2005.03.02, a solicitar a emissão de informação prévia para construção de moradia unifamiliar sita nos Olhos Marinhos, lugar de Gamelas, freguesia de Roliça, foi o mesmo retirado da ordem do dia a fim de ser pedida a demonstração da quantidade de moradores previstos. -----

**0304.03 CONSTRUÇÃO DE MORADIA, GARAGEM E MURO – PEDIDO DE LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 160/04/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Carlos Manuel Pêra Lopes, datado de 2005.02.28, a solicitar licença para construção de moradia, garagem e muro sita na Rua dos Prazeres, lugar do Barrocalvo, freguesia de Carvalhal e verificando-se que foram presentes os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo período de 12 meses, condicionado às folhas 183 e 184 do processo. -----

**0304.04 CONSTRUÇÃO DE ARRECADAÇÃO AGRÍCOLA (LEGALIZAÇÃO) – PEDIDO DE LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 140/04/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. M.ª Margarida Correia Timóteo, datado de 2005.02.24, a solicitar licença para construção de arrecadação agrícola (legalização) sita no lugar e freguesia de Roliça, e verificando-se que foram presentes os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo período de 1 mês. -----

**0304.05 ALTERAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS – PROJECTO DE ARQUITECTURA E LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 111/2000/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Mário Augusto Violas, datado de 2005.03.04, foi deliberado por unanimidade aprovar o projecto de arquitectura e deferir o licenciamento para alteração de estabelecimento de bebidas sito na Rua 9 de Abril, 32, vila e freguesia de Bombarral. -----

**0304.06 ALTERAÇÕES EFECTUADAS NO DECURSO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA – PEDIDO DE LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 110/94/01,

## **ACTA N.º 14/2005 – Reunião ordinária do dia 2005.03.31**

iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Mário Jorge Contente Pereira, datado de 2005.03.07, a solicitar licença para alterações efectuadas no decurso da obra e construção de moradia sita na Rua 25 de Abril, lugar dos Baraçais, freguesia de Roliça e verificando-se que foram presentes os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento. -----

**0304.07 CONSTRUÇÃO DE ANEXO PARA AQUECIMENTO CENTRAL – PEDIDO DE LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 102/04/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Joaquim Alberto Fernandes e outro, datado de 2005.02.25, a solicitar licença para construção de anexo para aquecimento central sito no Casal Novo, freguesia de Carvalhal, e verificando-se que foram presentes os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento pelo período de 4 meses. -----

**0304.08 RECEPÇÃO PROVISÓRIA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO:** Apreciado o processo n.º 03/01/03, iniciado a requerimento apresentado pela firma SOCIDADES – Soc. Invest. Imobiliários e Turísticos, Lda, datado de 2005.01.05, foi deliberado por unanimidade aprovar a recepção provisória de obras de infra-estruturas da rede de abastecimento de água, rede de esgotos domésticos e pluviais e arruamentos do loteamento sito no lugar da Delgada, freguesia de Roliça, libertando-se o valor de € 105.341,58. -----

**0304.09 CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO – PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Apreciado o processo n.º 19/05/01, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. M.ª Amélia Ramos Gomes, datado de 2005.02.03, foi deliberado por maioria com o voto de aprovação do senhor Presidente da Câmara e do senhor vereador José António Filipe, o voto contra do senhor vereador Jorge Costa Pereira e a abstenção do senhor vereador Manuel Quintino aprovar o projecto de arquitectura para construção de moradia unifamiliar e muro sitos no Pomarinho, freguesia de Carvalhal, condicionado ao cumprimento do parecer constante das folhas 47, 48 e 49 do processo. -----

**0304.10 APROVAÇÃO EM MINUTA:** As deliberações respeitantes a obras particulares foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----

**0305. CONDUTA ADUTORA DO VALE COVO – 1.ª FASE – ABERTURA DE CONCURSO POR AJUSTE DIRECTO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) E C) DO ARTIGO 136.º DO DECRETO-LEI 59/99 DE 02 DE MARÇO:** Apreciada a informação 008/CD-DT/05, foi deliberado por maioria e em minuta com o voto contra do senhor vereador Manuel Quintino e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a realização de consulta à firma CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A., adjudicatária da empreitada Beneficiação da EN361, para apresentação de proposta para a realização dos trabalhos da empreitada Remodelação da Rede Adutora do Vale Covo – 1.ª fase, no âmbito do ajuste directo enquadrável no artigo 136.º do Decreto-lei 59/99, de 2 de Março, nas alíneas b) e c). -----

**0306. RESTITUIÇÃO:** Atendendo o solicitado por requerimento da senhora M.ª Adília Ferreira Cunha, foi deliberado por unanimidade autorizar a restituição do valor de € 27,43 indevidamente cobrada por restabelecimento de ligação de água. -----

**0307. RECTIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA PARA SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DO BOMBARRAL:** Apreciada a informação n.º

## **ACTA N.º 14/2005 – Reunião ordinária do dia 2005.03.31**

11/05, foi deliberado por unanimidade autorizar o pagamento do diferencial de € 250 / mês no subsídio atribuído ao Centro Social Paroquial em 2004, devido a ter havido lapso dos serviços, aquando da elaboração da proposta de autorização de despesas de 2004.-----

- 0308. ESTRADA DE AZAMBUJEIRA / BARAÇAIS:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta: “Considerando que para o alargamento e alcatroamento da estrada municipal que liga a Azambujeira dos Carros aos Baraçais, foi necessário cortar a propriedade rústica, sítio do Casal do Brejo, pertencente a Abílio José Mendes da Costa, residente na Rua do Comércio, 35 – 2.º esquerdo – Bombarral. Porque com o referido alargamento foi necessário cortar 60 cepas, proceder ao reajustamento das respectivas alas e arame e ainda do corte de uma oliveira, havendo cedido gratuitamente o respectivo terreno como aliás fizeram os demais proprietários confinantes da Azambujeira dos Carros. Proponho: Que se pague ao senhor Abílio José Mendes da Costa, as importâncias de 60 cepas a € 5 cada (€ 300); € 50 pelo corte de uma oliveira; € 50 pelo trabalho de refazer os arames das respectivas alas aramadas, no total de € 400.”-----
- 0309. ENTREGA DO TALHO 31 DO FALCÃO:** Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta: “Considerando a informação efectuada à Câmara Municipal em 27.12.2004, do resultado da reunião tida com D. Laura Marques Ferreira , viúva, residente no Bombarral, acerca do acordo efectuado relativamente à entrega do talho n.º 31, da propriedade da Câmara no falcão e o pagamento do montante de € 1.500, Proponho: que pela entrega do talho 31, incluído na área de desenvolvimento do falcão seja pago à D. Laura Ferreira, viúva, a importância de € 1.500.”-----
- 0310. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** Apreciado o ofício da Junta de Freguesia de Vale Covo a interceder no sentido de ser concedida isenção do pagamento de ramal de abastecimento de água ao senhor Silvino Pereira da Cunha, por motivos do foro social, foi deliberado por unanimidade deferir a pretensão.-----  
**DELIBERAÇÕES:** Nos termos do disposto no artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi reconhecida por unanimidade, a urgência de deliberação imediata dos seguintes assuntos:-----
- 0311. CERTIDÃO AO ABRIGO DO ARTIGO 54.º DA LEI 64/2003 DE 23 DE AGOSTO:** Apreciado o processo n.º 343/05/04, iniciado a requerimento apresentado pela senhora D. Ana Paula Oliveira da Silva, datado de 2005.03.17, foi deliberado por unanimidade aprovar a constituição do regime de compropriedade para quatro proprietários em prédio sito no artigo 70 da secção H da freguesia de Carvalhal, com a condição constante do parecer da folha 6 do processo. -----
- 0312. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS – ALTERAÇÕES EFECTUADAS NO DECURSO DA OBRA – PEDIDO DE LICENCIAMENTO – TELAS FINAIS:** Apreciado o processo n.º 123/01/01, iniciado a requerimento apresentado pela firma JCAS – Compra e Venda de Imóveis, Lda, datado de 2005.03.18, a solicitar licença para alterações efectuadas no decurso da obra de construção de edifício de habitação, comércio e serviços sito na Rua Veríssimo Duarte, vila e freguesia de Bombarral, e verificando-se que foram presentes

## **ACTA N.º 14/2005 – Reunião ordinária do dia 2005.03.31**

os necessários projectos de especialidades, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento. -----

- 0313. ALTERAÇÕES EFECTUADAS NO DECURSO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR E MURO – PEDIDO DE LICENCIAMENTO:** Apreciado o processo n.º 156/03/01, iniciado a requerimento apresentado pelo senhor Luís Miguel Hipólito dos Santos e outro, datado de 2005.03.18, a solicitar licença para alterações efectuadas no decurso da obra de construção de moradia unifamiliar e muro sitos na Rua Fonte da Quinta, lugar de Azambujeira dos Carros, freguesia de Roliça, foi deliberado por unanimidade deferir o licenciamento. -----

-----Pelas 23.45 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo funcionário municipal que a lavrou .-----

O Presidente da Câmara:

O Funcionário: